

Pedidos dados de desaparecidos

Integrantes do grupo Tortura Nunca Mais, formado por pessoas cujos familiares desapareceram durante o regime militar, apresentaram ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de *habeas data* para exigir, do Serviço Nacional de Informações, dados sobre o paradeiro de 18 desaparecidos. No mesmo dia, o ex-arenista e candidato pelo PSDB a vereador nas eleições de novembro, Marcos Kertzman, pediu *habeas data* para descobrir, também no SNI, os motivos da cassação de seu mandato de deputado federal, ocorrido em janeiro de 1969. O *habeas data* é o dispositivo constitucional que permite a qualquer cidadão acesso aos bancos de informações oficiais e privados.

Segundo o advogado do grupo Tortura Nunca Mais, Luiz Eduardo Greenhalgh (candidato a vice-prefeito de São Paulo pelo PT), o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, terá dez dias para enviar resposta a seu pedido. "Se as informações forem falsas, deturpadas ou incompletas, entraremos com mandado de injunção contra o general", ameaçou. E disse que se forem confirmadas as suspeitas de que os desaparecidos foram mortos em operações executadas pelo governo, os familiares vão exigir indenização da União. Ao todo, fizeram pedido de *habeas data* 17 integrantes do grupo — alguns, parentes de ex-guerrilheiros do Araguaia — residentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Petrópolis, Salvador e Porto Alegre.

Entre os integrantes do grupo, Maria Augusta Capistrano, mulher do líder comunista Davi Capistrano, desaparecido

em março de 1974, quando viajava entre Uruguaiana e São Paulo, classificou o *habeas data* de "um dos últimos recursos" que restam às pessoas que vivem sua situação. Membro do comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Capistrano entrou para a clandestinidade depois da queda do presidente João Goulart, em 1964. Em 1971, viajou para a Checoslováquia. Foi o primeiro dos 12 membros do PCB a desaparecer na década passada.

DESAGRADO AO PODER

O ex-deputado Kertzman, que teve também seus direitos políticos suspensos por dez anos, com base no Ato Institucional nº 5, disse que quer investigar os motivos de sua cassação para "dar um esclarecimento" a seus eleitores, já que pretende voltar a exercer um man-

dato. Antes de se eleger deputado federal pela Arena, Kertzman foi vereador pelo Movimento Trabalhista Renovador. Só passou para a Arena quando foi extinto o pluripartidarismo. Embora estivesse no partido governista, disse ter atuado com independência, o que, a seu ver, "desagradou os donos do poder".

Kertzman lembrou, entre os atos que acredita terem motivado sua cassação, a denúncia genocídio contra índios, como relator da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assunto; a proposta da criação da Atomobras, para assegurar o monopólio de minérios estratégicos, e o voto contra o pedido de processo para o deputado Márcio Moreira Alves, que segundo as Forças Armadas fez pronunciamento injurioso.



Milton Alves/AE

Familiares de desaparecidos: à espera de informações

OESP 07.10.88, p. 4, lead.